

IA Generativa: cria texto, áudio, imagens, e criará também domínio americano?

 digitalinside.pt/ia-generativa-cria-texto-audio-imagens-e-criara-tambem-dominio-americano

Bruno Castro

O presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou recentemente um investimento no setor privado de 500 bilhões US\$ – projeto intitulado de Stargate – para financiar uma infraestrutura para Inteligência Artificial (IA), de modo a reforçar a posição dos Estados Unidos da América (EUA), na corrida pela vanguarda em IA, face os seus adversários. O projeto tem como objetivo aumentar a capacidade de treino e execução de modelos de IA, e inclui a construção de data centers em vários estados americanos (o primeiro data center Stargate já está a ser construído no Texas) ampliando o poder de processamento da OpenAI e restantes entidades envolvidas. Nomeadamente, a empresa de investimentos japonesa Softbank, terá a tarefa de supervisionar as finanças do Stargate, enquanto a OpenAI liderará as operações do empreendimento.

O investimento substancial de Trump na IA generativa decorre assim de uma estratégia para reforçar a liderança tecnológica, o crescimento económico e a segurança nacional dos EUA assente em dar prioridade à rápida inovação em IA, removendo as barreiras regulamentares. Ao contrário da UE, cuja abordagem tem como prioridade máxima, a regulamentação certa para garantir que a IA seja segura, robusta e confiável antes de desenvolvê-la, a abordagem dos EUA consiste – de forma crua – em primeiro, desenvolver e só depois criar ou pensar em regulamentações e padrões a seguir. Em janeiro de 2025, Trump assinou uma ordem executiva que revogava as políticas anteriores que eram vistas como obstáculos ao desenvolvimento da IA. Esta ordem, alegadamente, enfatiza a criação de sistemas de IA “livres de preconceitos ideológicos ou agendas sociais” e procura eliminar as políticas entendidas como obstáculos à inovação em IA, decisão que, curiosamente ou não, beneficia particularmente as empresas lideradas por figuras como Musk e Zuckerberg – que manifestam uma forte oposição às regulamentações de IA da União Europeia. Defendem que tais medidas podem sufocar a inovação e impor encargos indevidos às empresas tecnológicas. O foco de Trump é sem dúvida, a criação de um plano de ação para sustentar a liderança dos EUA que contemple a proteção dos ativos de IA contra a espionagem e a implementação de controlos de exportação de tecnologias sensíveis. A motivação americana é evidente, especialmente face aos rápidos avanços de concorrentes globais como a China – exemplo disso foi o caso do DeepSeek que Trump classificou como um alerta para os EUA, mas também como um incentivo à competitividade, sugerindo que é possível reduzir custos sem comprometer a inovação.

Em contraste, a União Europeia (UE) está a implementar um quadro regulamentar para supervisionar o desenvolvimento da IA – a Lei de Inteligência Artificial da EU -, que entrou em vigor a 1 de agosto de 2024, e estabelece uma abordagem baseada no risco para a regulamentação da IA. Isto é, categoriza as aplicações de IA com base nos seus riscos potenciais e impõe obrigações correspondentes para garantir a segurança, a

transparência e os padrões éticos – algo que, muitos argumentam como sendo um entrave à inovação ao, alegadamente, fazerem abrandar startups e empresas mais pequenas as quais não dispõem de recursos para lidar com regulamentos complexos.

A UE está a apostar na estabilidade e confiança a longo prazo, e o objetivo é que haja um equilíbrio e que a inovação seja mais sustentável no futuro, ao contemplar a dimensão ética. Podemos questionar-nos sobre qual a posição da UE na corrida pela vanguarda em IA, no entanto, uma coisa é certa, a abordagem dos EUA é de alta recompensa, contudo, de elevado risco na dimensão social e humana.

Bruno Castro é Fundador & CEO da VisionWare. Especialista em Cibersegurança e Investigação Forense.